

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202103/0074

Tipo Oferta: Procedimento Concursal Comum

Estado: Activa

Nível Orgânico: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Orgão / Serviço: Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa

Vínculo: CTFP a termo resolutivo incerto

Duração:

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Técnico Superior

Categoria: Técnico Superior

Grau de Complexidade: 3

Remuneração: 1.205,08€

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Caracterização geral do posto de trabalho: o posto de trabalho inerente ao presente procedimento concursal envolve o exercício de funções da carreira geral de Técnico Superior, tal como descritas no anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. 5.1. — O Técnico Superior desempenhará funções no Laboratório de Análises Clínicas no Departamento de Ciências Farmacêuticas e do Medicamento com funções planeamento e aplicação de métodos e processos de natureza técnica, designadamente:

I) Apoiar o Laboratório de Análises Clínicas da Faculdade que, desde 1976, presta serviços no âmbito do diagnóstico bioquímico e avaliação da eficácia da terapêutica instituída de um grupo de doenças raras, nomeadamente os Erros Hereditários do Metabolismo (EHM), às Unidades de Doenças Metabólicas dos Serviços de Pediatria dos Hospitais Centrais e Distritais e demais Unidades do Subsistema de Saúde do País que o solicitem;

II) Realizar uma série de tarefas que abrangem praticamente todo o espectro de atividades do laboratório, nomeadamente:

- Caracterização do Posto de Trabalho:**
- a)recepção das colheitas biológicas provenientes dos hospitais;
 - b)manuseamento da plataforma informática de suporte à gestão dos estudos metabólicos solicitados e ao registo dos dados analíticos;
 - c)tratamento estatístico dos resultados para elaboração de cartas de controlo;
 - d)preparação de material biológico diversos: linfócitos, papa de eritrócitos, isolamento de DNA a partir de sangue periférico e manipulação de biópsias de pele;
 - e)análise de perfis metabólicos diversos em amostras biológicas, incluindo gota seca de sangue e extratos celulares, por cromatografia líquida de alta resolução acoplada a diversos detetores (fluorimetria e UV-díodo em série), e / ou cromatografia gasosa acoplada a espectrometria de massa; e doseamento da atividade enzimática;
 - f)análise qualitativa com recurso a bibliotecas de espectros e quantitativa com controlo de qualidade interno e externo;
 - g)interpretação dos resultados qualitativos e quantitativos no quadro das patologias inseridas no âmbito dos Erros Hereditários de Metabolismo (EHM).

Requisitos de Admissão

Nomeação definitiva
 Nomeação transitória, por tempo determinável
 Nomeação transitória, por tempo determinado
Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado
 CTFP a termo resolutivo certo
 CTFP a termo resolutivo incerto
 Sem Relação Jurídica de Emprego Público

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:
 a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
 b) 18 anos de idade completos;
 c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
 d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
 e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP: Despacho Autorizador de 26 de dezembro de 2020 da Diretora da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Licenciatura em Ciências Farmacêuticas ou Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas

Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Saúde	Ciências Farmacêuticas	Ciências Farmacêuticas

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa	1	Avenida Professor Gama Pinto		1649003 LISBOA	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos:

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: nrhgd@ff.ulisboa.pt

Contacto: <https://www.ff.ulisboa.pt/>

Data Publicitação: 2021-03-02

Data Limite: 2021-03-16

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social: Edital (extrato) n.º 265/2021, Diário da República N.º 42 de 2 de março de 2021

Texto Publicado em Jornal Oficial: Abertura de procedimento concursal comum para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho do Mapa de Pessoal da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, na modalidade de relação jurídica de emprego público a Termo Resolutivo Incerto. Nos termos do disposto nos artigos 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), conjugados com o artigo 11.º da Portaria n.º 125 -A/2019, de 30 de abril, torna-se público que, por meu despacho de 26 de dezembro de 2020, no uso das competências previstas na alínea h) do n.º 2 do artigo 42.º dos Estatutos da Universidade de Lisboa, (Despacho Normativo 14/2019 de 24 de abril de 2019), publicados no Diário da República, 2ª série, n.º. 490, de 10 de maio de 2019, se encontra aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso (extrato) no Diário da República, para preenchimento de um posto de trabalho, na carreira e categoria de Técnico Superior, constante no mapa de pessoal não-docente da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo incerto, para exercer funções no Laboratório de Análises Clínicas, da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa. 1 – Tipo de concurso: o presente concurso reveste a forma de procedimento concursal comum, a termo resolutivo incerto, por inexistir reserva de recrutamento constituída, quer no próprio serviço, quer na ECCRC – Entidade Centralizada de Constituição de Reservas de Recrutamento, porquanto não foram ainda publicitados quaisquer procedimentos nos termos dos artigos 33.º e seguintes da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril e verificada ainda a inexistência de candidatos em regime de requalificação, nos termos da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, na sequência de procedimento prévio promovido junto da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas. 2 – Modalidade de contrato: o procedimento concursal destina-se à ocupação de 1 (um) posto de trabalho, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo incerto, previsto no mapa de pessoal não-docente da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, nos termos da alínea c) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 57.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, enquanto durar o impedimento do titular do lugar. 3– Legislação aplicável: Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho; Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro; Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.. 4– Local de Trabalho: o posto de trabalho situa-se nas instalações da Faculdade, sita na Av. Prof. Gama Pinto, 1649-003, Lisboa. 5 – Caracterização geral do posto de trabalho: o posto de trabalho inerente ao presente procedimento concursal envolve o exercício de funções da carreira geral de Técnico Superior, tal como descritas no anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. 5.1. — O Técnico Superior desempenhará funções no Laboratório de Análises Clínicas no Departamento de Ciências Farmacêuticas e do Medicamento com funções planeamento e aplicação de métodos e processos de natureza técnica, designadamente: I) Apoiar o Laboratório de Análises Clínicas da Faculdade que, desde 1976, presta serviços no âmbito do diagnóstico bioquímico e avaliação da eficácia da terapêutica instituída de um grupo de doenças raras, nomeadamente os Erros Hereditários do Metabolismo (EHM), às Unidades de Doenças Metabólicas dos Serviços de Pediatria dos Hospitais Centrais e Distritais e demais Unidades do Subsistema de Saúde do País que o solicitem; II) Realizar uma série de tarefas que abrangem praticamente todo o espectro de atividades do laboratório, nomeadamente: a) receção das colheitas biológicas provenientes dos hospitais; b)manuseamento da plataforma informática de suporte à gestão dos estudos metabólicos solicitados e ao registo dos dados analíticos; c)tratamento estatístico dos resultados para elaboração de cartas de controlo; d)preparação de material biológico diversos: linfócitos, papa de eritrócitos, isolamento de DNA a partir de sangue periférico e manipulação de biópsias de pele; e)análise de perfis metabólicos diversos em amostras biológicas, incluindo gota seca de sangue e extratos celulares, por cromatografia líquida de alta resolução acoplada a diversos detetores (fluorimetria e UV-díodo em série), e / ou cromatografia gasosa acoplada a espectrometria de massa; e doseamento da atividade enzimática; f)análise qualitativa com recurso a bibliotecas de espectros e quantitativa com controlo de qualidade interno e externo; g)interpretação dos resultados qualitativos e quantitativos no quadro das patologias inseridas no âmbito dos Erros Hereditários de Metabolismo (EHM). 6 – Posição remuneratória: A determinação do posicionamento remuneratório terá em conta o preceituado no artigo 38.º da LTFP, sendo a posição remuneratória de referência a 2.ª posição da carreira/categoria de Técnico Superior, ou seja, o nível remuneratório 15º, num montante pecuniário de 1.205,08€ (mil duzentos e cinco euros e oito cêntimos), ao abrigo da Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, e do Decreto-

Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, de acordo com a verba disponível cabimentada. 7–Requisitos de admissão: 7.1 – Ser detentor, até à data limite para apresentação das candidaturas, dos requisitos gerais de admissão previstos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, nomeadamente: a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial; b) 18 Anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. 7.2 – Ser titular de licenciatura ou grau académico superior, nos termos da alínea c) do n.º1 do artigo 86.º da Lei n.º35/2014, de 20 de junho, não havendo possibilidade de substituir o nível habilitacional por formação ou experiência profissional. 7.3. – Constituem condições preferenciais: a) Ter licenciatura em Ciências Farmacêuticas ou Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas; b) Fluência em inglês, falado e escrito; c) Conhecimentos de informática na ótica do utilizador. f) Excelente capacidade de comunicação oral e escrita; g) Facilidade no relacionamento interpessoal; h) Organização e método de trabalho, forte capacidade de autonomia, dinamismo e responsabilidade. 7.4 – Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal não docente, da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento, de acordo com o disposto na alínea k), n.º 4 do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril. 7.5 – Nos termos da alínea c) do n.º 1 e n.º 3 do art.º 57.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o contrato de trabalho em funções públicas, será a termo resolutivo incerto e durará pelo período enquanto durar o impedimento do titular do lugar. 8 – Prazo de candidatura: o prazo para apresentação de candidaturas é de 10 dias úteis contados a partir da publicação do aviso (extrato) no Diário da República. 9–Forma e prazo de apresentação das candidaturas: 9.1 – Nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, as candidaturas deverão ser formalizadas, obrigatoriamente, em suporte eletrónico, mediante o preenchimento do formulário que se encontra disponível no endereço: <https://www.ff.ulisboa.pt/categoria/faculdade/recursos-humanos/recrutamento/>, podendo ser enviados por via eletrónica para o endereço de email NRHGD@ff.ulisboa.pt, até às 24h00 horas do último dia do prazo para apresentação das candidaturas. 9.3 – O formulário eletrónico de candidatura deverá ser acompanhado dos seguintes documentos, submetidos em formato não editável (pdf): i. Curriculum Vitae detalhado, devidamente datado e assinado; ii. Fotocópia legível do certificado de habilitações literárias; iii. Fotocópia legível dos certificados das ações de formação profissional; iv. Documentos comprovativos da experiência profissional dos candidatos, com indicação precisa dos anos, meses e dias desse tempo de trabalho. v. Declaração onde indica o seu consentimento expresso e inequívoco para que as comunicações e notificações no âmbito do presente procedimento concursal possam ter lugar por correio eletrónico. 9.4 – A não apresentação dos documentos a que se referem as alíneas i., ii., determinam exclusão da candidatura ao procedimento. O não preenchimento ou o preenchimento incorreto dos elementos relevantes do formulário de candidatura determina a exclusão do candidato do procedimento concursal. Serão excluídas as candidaturas que não satisfaçam, cumulativamente, os requisitos e formalidades apontados no presente aviso. 9.5 – A não apresentação dos documentos comprovativos das ações de formação e dos demais elementos aduzidos pelos candidatos, nos termos das alíneas iii. e iv. do ponto 9.3 do presente aviso, determina a sua não consideração para efeitos de avaliação curricular. 10 – Métodos de Seleção: 10.1 –Nos termos do disposto dos n.ºs 2 a 6 do artigo 36.º, n.º 5 do artigo 56.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, serão adotados os seguintes métodos de seleção: a) Método de seleção obrigatório: avaliação curricular (AC); b) Método de seleção facultativo ou complementar: entrevista profissional de seleção (EPS). 11 – Avaliação curricular (AC): visa analisar a qualificação dos candidatos, ponderando os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar; 12 - Entrevista profissional de seleção (EPS): visa avaliar a experiência profissional e aspetos comportamentais, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e o relacionamento interpessoal. 13 – Valoração dos métodos de seleção: a) A avaliação curricular é expressa numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas; b) A entrevista profissional de seleção é avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem,

respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores. 14 – Classificação final: 14.1 – A classificação final (CF) será obtida numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $CF = (AC \times 55\%) + (EPS \times 45\%)$ 14.2 – São excluídos do procedimento os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores no primeiro método, não lhes sendo aplicado o método seguinte. 14.3 – A falta de comparência dos candidatos à entrevista profissional de seleção é equivalente à desistência do presente procedimento concursal. De igual modo, são excluídos do procedimento os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores neste método. 15 – Exclusão e notificação dos candidatos: os candidatos excluídos são notificados por uma das formas previstas nas alíneas a), b), c) ou d) do artigo 10.º, da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril. Os candidatos admitidos são convocados para a realização dos métodos de seleção, nos termos do artigo 24.º da mesma Portaria. Os candidatos aprovados no primeiro método de seleção são convocados para a realização do método seguinte nos mesmos termos. 16 – Composição e identificação do júri: Presidente: Doutora Isabel Maria Antolin Martins de Carvalho, Professora Auxiliar com Agregação; 1.º Vogal Efetivo: Doutora Ana Paula Costa dos Santos Peralta Leandro, Professora Auxiliar; 2.º Vogal Efetivo: Doutora Margarida Maria Fernandes Batista e Silva, Professora Auxiliar; 1.º Vogal Suplente: Maria João Carlos da Silva Gama, Professora Auxiliar; 2.º Vogal Suplente: Maria Elisa Monteiro Micaelo Alves, Técnica Superior. A presidente do Júri será substituída nas suas faltas ou impedimentos pelo vogal que lhe suceder na ordem supra referida. 17 – As atas do Júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são publicitadas no sítio da Internet da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa. As restantes atas do Júri serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas. 18 – Assistente ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos comprovativos das declarações que este efetuou sob compromisso de honra e das informações que considere relevantes para o procedimento. 19 - As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei. 20 – Será elaborada uma lista unitária de ordenação final dos candidatos, ainda que, no mesmo procedimento, lhes tenham sido aplicados diferentes métodos de seleção. 20.1 - A publicitação da lista unitária de ordenação final dos candidatos, bem como dos resultados dos métodos de seleção intercalar, é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada na página eletrónica da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, em <https://www.ff.ulisboa.pt/categoria/faculdade/recursos-humanos/recrutamento/>. 20.2 - Em caso de igualdade de valoração, serão adotados os critérios de ordenação preferencial estabelecidos nas disposições legais aplicáveis. 20.3 - A publicitação do procedimento é realizada nos termos da alínea a), b) e c) do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril. Faculdade de farmácia da Universidade de Lisboa, 26 de dezembro de 2020 A Diretora, (Doutora Maria Beatriz da Silva Lima, Profª. Catedrática)

Observações

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Terminó da Oferta

Admitidos

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total SME:		
Total Com Auxílio da BEP:		

Recrutados

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total Portadores Deficiência:		
Total SME:		
Total Com Auxílio da BEP:		